

# Governo poderá fazer acordo com os "xiitas"

A ameaça de que os trabalhos da Constituinte sejam perturbados pela ação dos deputados que integram o grupo pró-soberania Xiitas poderá obrigar o Governo a um acordo em torno das propostas feitas no sentido de alterar a carta de 67 — em sete itens — antes de iniciar a redação da nova Constituição. O grupo apresentou ontem ao líder Carlos Sant'Anna um esboço de mudanças, mas segundo Maurílio Ferreira Lima não há otimismo em relação a um entendimento.

O pró-soberania quer, entre outras coisas, inverter o funcionamento do decurso de prazo, suspender as salvaguardas e as medidas de emergência, permitir que o Congresso emende o decreto-lei, o orçamento, recuperar a imunidade da tribuna parlamentar e suspender o funcionamento da Câmara e do Senado, só permitindo sessões para tratar de assuntos relevantes e urgentes.

Apesar de vir negociando com o grupo há sete dias, o líder governista não teve, ontem, nenhuma posição oficial do Palácio do Planalto a respeito do que seria aceito ou não do documento que lhe foi entregue. Disse apenas que levaria o assunto ao presidente Sarney e tentaria, por outro lado, conversar com as lideranças dos outros partidos a fim de apurar até que ponto estariam dispostas a corresponder no plenário a

um acordo em relação às alterações propostas.

A tendência também é de que o líder Carlos Sant'Anna tente apurar até que ponto os "xiitas", como são conhecidos os deputados do pró-soberania, funcionem como elemento perturbador dos trabalhos da Constituinte. Ele acha que isso ocorrerá e, por isso, defende o acordo, embora desconheça o pensamento do Governo.

Segundo o deputado Maurílio Ferreira Lima, a defesa que Carlos Sant'Anna faz do acordo representa apenas "sua vontade e sensibilidade política, não a do presidente Sarney". Ele acha também que, sem solução, haverá mesmo perturbação da Constituinte "e ficará provado que não somos os intransigentes".

Depois de conversar mais de meia hora com os deputados Antonio Brito, Virgildásio Sena e Maurílio Ferreira Lima, o líder governista concedeu entrevista à imprensa na presença deles, quando anunciou os sete itens da proposta e negou que estivesse agindo no sentido de isolar o grupo. Defendeu o acordo e, ainda, a auto-limitação da soberania, que na prática corresponde a encerrar naquelas alterações a ação desses parlamentares. O restante das mudanças seriam providenciadas na nova Constituição.

Essa declaração de auto-

limitação, segundo Maurílio Ferreira Lima, será proposta pelo líder do Governo, já que os membros do grupo pró-soberania também não chegaram a um entendimento em torno desse item. Ele acha que o essencial agora é um acordo e, por isso, admite esse aspecto da negociação.

Carlos Sant'Anna alegou que como negociador val saber o que o Governo aceita. Mas deixou claro depois que o melhor seria amarrar um acordo com deputados de vários partidos a fim de assegurar a aprovação no plenário dos itens negociados e, fechado o bloco, enfrentar as emendas que surgirem e vencer a votação.

Antônio Brito lembrou que o pró-soberania agiu em sua proposta no sentido de não deixar o presidente Sarney sem um instrumento ágil para administração, embora deva submeter todas as matérias ao Congresso. O decreto-lei, basicamente, existe, apenas poderá ser emendado e o decurso de prazo, inverte seu mecanismo. Ou seja, vencido o tempo de tramitação sem decisão, a matéria é considerada rejeitada e não mais aprovada.

—Tomamos o cuidado em preservar as pessoas que estão preocupadas com tranquilidade, a disciplina e a ordem, ao não fazer supressão capaz de deixar vácuos — disse ainda Brito.